



CREA-DF

Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia do Distrito Federal

CONFEA
Conselho Federal de Engenharia,
Arquitetura e Agronomia

CREA
Conselhos Regionais de Engenharia,
Arquitetura e Agronomia

MUTUA
CASA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO CREA



Carta aberta aos candidatos a cargos políticos do Distrito Federal

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal - Crea-DF, abrange aproximadamente 39 mil profissionais da Engenharia, Agronomia, Geologia, Geografia e Meteorologia e 9,6 mil empresas, afigurando-se como um dos maiores conselhos profissionais do Distrito Federal.

Com 62 anos de existência, o Crea-DF é uma instituição forte e atuante na fiscalização e orientação do exercício profissional, na valorização dos profissionais, na geração de oportunidades para empresas da área tecnológica, tudo em prol da segurança da sociedade.

Dessa forma, o Crea-DF elaborou Carta Aberta aos Candidatos a Cargos Políticos do Distrito Federal, visando subsidiar as tomadas de decisões dos candidatos e contribuir com a formulação de propostas que coloquem nosso País e o Distrito Federal no rumo do crescimento e da geração plena de empregos.



CREA-DF

Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia do Distrito Federal



A Carta Aberta apresenta importantes diretrizes relacionadas aos temas de Infraestrutura, Inovação Tecnológica e Atuação Profissional.

E assim, com o intuito de contribuir para um futuro melhor de crescimento, com desenvolvimento, tecnologia, inovação, sustentabilidade e segurança da população, apresentamos esta Carta para sua apreciação e, caso concorde, será de grande importância para a sociedade que haja a sua adesão e compromisso com as propostas apresentadas.

Engenheira Fátima Có
Presidente do Crea-DF



1. Infraestrutura

Saneamento Básico e Meio Ambiente

- Implementar Políticas Públicas de Saneamento como atividade estratégica, de modo a garantir segurança hídrica e saneamento básico à população do Distrito Federal.
- Assegurar o acesso universal e equitativo à água potável e esgotamento sanitário;
- Garantir a implantação da Política Distrital de Resíduos Sólidos;
- Fomentar o uso de material reciclado em obras públicas;
- Incentivar o uso racional e reuso de água;
- Atualizar o projeto “Águas do DF” e executar as obras de drenagem das águas pluviais para todo o Distrito Federal;
- Prover subsídios para as tarifas sociais de água e esgotos;
- Implementar política energética para o setor de saneamento;
- Disponibilizar linhas de crédito do BRB para o desenvolvimento operacional do saneamento básico;
- Consolidar as Unidades de Conservação do Distrito Federal com a confecção/atualização de seus respectivos planos de manejo, a promoção da regularidade domínial desses espaços e a realização de fiscalização contínua;
- Implantar Cadastro Distrital de Unidades de Conservação (CDUC) para facilitar a divulgação das informações e dos normativos legais afetos a essas áreas;
- Viabilizar incentivos fiscais aos proprietários de imóveis, como compensação de proteção ambiental, como isenção de imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR) e imposto predial e territorial urbano (IPTU), ampliando a política de Pagamento por Serviços Ambientais no Distrito Federal;
- Incentivar a criação de Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN).



Mobilidade e Transporte

- Estabelecer uma Política Distrital de Infraestrutura de Transporte adequada e eficiente para escoamento da população e produção, de modo que, todos os pólos urbanos e área rural sejam dotados de Sistema Integrado com diversos Modais de Transporte;
- Garantir a execução das obras e ampliação da diversidade de modais na matriz de transportes que são ações igualmente necessárias para a melhoria da mobilidade urbana;
- Constituir uma Política Distrital de manutenção de monumentos públicos e obras de arte e estradas;
- Instituir a obrigatoriedade de inspeções técnicas visuais e periódicas em monumentos públicos, pontes, viadutos, rodovias, ferrovias, destinadas à conservação e/ou à recuperação dos empreendimentos.

Habitação e Acessibilidade

- Estabelecer um Programa Distrital de Assistência Técnica com o propósito de implementar melhorias nas moradias de interesse social, regularização fundiária e reduzir o déficit habitacional no DF;
- Garantir a aplicação da Política Distrital de Promoção da Acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, para adequar os espaços públicos e edificações, a fim de viabilizar acesso à educação, esporte, lazer, trabalho e transporte;
- Estabelecer um programa de assistência técnica em desenvolvimento urbano, com equipes multidisciplinares de profissionais (incluindo a Engenharia, Agronomia e Geociências), com base em projetos e execução de obras de forma humanizada e personalizada, com o propósito de implementar melhorias nas moradias de interesse social, regularização fundiária e reduzir o déficit habitacional no Distrito Federal;
- Fortalecer tecnicamente a Política de Promoção da Acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, com fito de minimizar obstáculos em espaço público e edificações e viabilizar acesso à educação, esporte, lazer, trabalho e transporte, incluindo o Lago Paranoá;
- Concluir o projeto e execução das obras da orla do Lago Paranoá.



CREA-DF
Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia do Distrito Federal

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE ENGENHARIA



CONFEA



CREA



MUTUA

Carta aberta aos candidatos a cargos políticos do Distrito Federal

Geração e Distribuição de Energia

- Possibilitar à população Distrito Federal o acesso universal, confiável, moderno, sustentável e a preços acessíveis dos serviços de energia;
- Incentivar a implantação de geração distribuída solar fotovoltaica em áreas urbanas e rurais, contribuindo com a produção de energia renovável de matriz limpa;
- Apoiar as Parcerias Público-Privadas (PPPs) nos projetos de iluminação pública, na implantação de telegestão (segurança pública, eficiência energética, redução de custos de energia elétrica, controle de tráfego viário e qualidade de vida da população);
- Efetuar melhorias na iluminação pública do Distrito Federal, de forma a proporcionar segurança aos pedestres.

Desenvolvimento Rural

- Estimular no Distrito Federal a produção de alimentos, garantindo a segurança alimentar e segurança do alimento, por meio do agronegócio da agricultura e da pecuária familiar dos médios e pequenos produtores;
- Fomentar a piscicultura;
- Estimular a produção orgânica e a certificação de produtos orgânicos;
- Incentivar a agricultura urbana;
- Orientar tecnicamente o manejo e a conservação do solo e da água;
- Fomentar a utilização de biodigestores;
- Estimular no Distrito Federal a produção de alimentos, garantindo a segurança alimentar e segurança do alimento, por meio do agronegócio da agricultura e da pecuária familiar dos médios e pequenos produtores;
- Fomentar a piscicultura;
- Estimular a produção orgânica e a certificação de produtos orgânicos;



- Incentivar a agricultura urbana;
- Orientar tecnicamente o manejo e a conservação do solo e da água;
- Fomentar a utilização de biodigestores;
- Estimular a segurança alimentar, por meio de sua rastreabilidade, garantindo a sustentabilidade ambiental e econômica dos produtores rurais do Distrito Federal;
- Promover a regularização fundiária das áreas rurais do Distrito Federal;
- Fortalecer a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) no Distrito Federal no sentido de fomentar a assistência técnica no campo.

2. Inovação Tecnológica

4

- Incentivar a pesquisa e inovação, estimulando setores capazes de potencializar a presença da indústria e agropecuária do Distrito Federal, no mercado brasileiro e mundial;
- Fomentar o planejamento das regiões administrativas do Distrito Federal no conceito de cidades inteligentes e ESG (Governança Ambiental, Social e Corporativa – *Environmental, Social, and Corporate Governance*);
- Fomentar ideias inovadoras e ações para resolver os problemas urbanos e desenvolver as cidades e territórios de forma sustentável;
- Aplicar tecnologias na gestão territorial do Distrito Federal para gerir florestas, combater a desertificação e, principalmente, para controlar e reverter à ocupação irregular do território;
- Incentivar o desenvolvimento e a implantação de novas tecnologias voltadas às fontes alternativas de energia, com a alteração e avanço na política energética, visando permitir incentivos fiscais e financeiros para o desenvolvimento de novas tecnologias;
- Prover pesquisa e extensão de serviços agrícolas, principalmente na logística, telecomunicação, equipamentos agrícolas, biotecnologia,



condições meteorológicas, entre outras necessárias para aumentar a capacidade de produção e tornar os alimentos acessíveis aos mercados;

- Priorizar a pesquisa e o estudo de matérias primas para a produção de biocombustíveis;
- Viabilizar a implantação total do projeto do Parque Tecnológico de Brasília.

3. Atuação Profissional

- Fortalecer os cargos técnicos, estabelecendo que todos os concursos públicos, para cujos cargos exijam conhecimento específico de Engenharia, Agronomia e Geociências, sejam ocupados por profissionais habilitados junto ao Sistema Confea/Crea;
- Intensificar políticas públicas que ampliem a participação feminina no mercado de trabalho com igualdade salarial, nos setores da Engenharia, Agronomia e Geociências;
- Garantir aos engenheiros o Salário Mínimo profissional conforme a Lei nº 4.950 A/1966;
- Garantir como essenciais e exclusivas de Estado as atividades exercidas por Engenheiros, Engenheiros Agrônomos e Geocientistas ocupantes de cargo efetivo no serviço público, tendo em vista a importância e a responsabilidade na cadeia decisória do GDF, para assim, promover o desenvolvimento humano, social e econômico do Distrito Federal;
- Instituir a participação de profissionais de Engenharia nas diversas fases do processo de planejamento, projeto, orçamento, licenciamento ambiental, cronograma físico-financeiro, licitação, contratação, fiscalização, recebimento e operação de uma obra pública, desde os estudos preliminares, até a fase de operação da obra;
- Fomentar e implantar a tecnologia BIM (Modelagem de Informação da Construção) nos projetos e execução de obras;

Brasília-DF, setembro de 2022